

## **A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO DEBATE ÀS QUESTÕES RELACIONADAS À SEXUALIDADE E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA DO SERVIÇO SOCIAL**

Caroline SIMIONATO<sup>1</sup>  
Sílvia Helena MANFRIN<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo busca apontar a importância da escola no debate às questões relacionadas à sexualidade, tendo a educação popular como estratégia do Serviço Social, com o intuito não apenas de cumprir determinações previstas na legislação brasileira, mas de fomentar a reflexão sobre a sexualidade na perspectiva de mudanças sociais relacionadas à temática. A sexualidade perpassa todas as fases da vida, porém, deve ser iniciada através da educação sexual no âmbito familiar ou institucional, para que os mitos, tabus e questões culturais não influenciem negativamente na descoberta e momento de cada pessoa, trazendo riscos para crianças, jovens e adolescentes. Ressaltamos a importância do trabalho pautado nas ações multissetoriais, ou seja, de articulação com as demais políticas sociais e a realização de ações micro e macrosociais, porém ambas de caráter continuado na perspectiva de mudança e integralidade.

**Palavras-chave:** Escola, Serviço Social, Educação Sexual, Educação Popular.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho foi elaborado como requisito parcial de avaliação para a conclusão da Oficina de Educação, ministrado pela Profa. Ma. Sílvia Helena Manfrin. Através da elaboração deste trabalho, buscamos adquirir maiores conhecimentos e expor nosso posicionamento crítico quanto à problemática que envolve a necessidade de ações educativas e educação sexual nas escolas.

A sexualidade humana, ainda nos dias atuais, é uma temática que não tem livre acesso em qualquer meio social: não são discutidas, refletidas e debatidas no âmbito familiar e institucional. Esse fato é alarmante quando pensamos na educação sexual de crianças, jovens e adolescentes, que muitas vezes não podem conversar abertamente sobre o assunto, tendo como consequência diversos rebatimentos no cotidiano social.

---

<sup>1</sup>Discente do 6º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo Prudente de Presidente Prudente. carol-simionato@hotmail.com. Bolsista no grupo de Iniciação Científica: Políticas de Atendimento à Família, Criança e ao Adolescente.

<sup>2</sup>Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Toledo Prudente de Presidente Prudente. Mestrado em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina. silviamanfrin@toledoprudente.edu.br. Orientadora do trabalho.

Com isso, abordaremos a sexualidade não apenas como uma questão biológica, mas construída histórica e culturalmente, e que deve ser incluída no debate das escolas. Posteriormente, apontaremos a importância da educação sexual, por conseguinte o Programa Saúde na Escola e em seguida a Educação Popular como estratégia do Serviço Social e as possibilidades de trabalho do assistente social.

Ponto de fundamental importância para o trabalho é apontar que as ações educativas devem ter uma direção política, que tem como intencionalidade mudanças social, para que assim, não se torne apenas ações pontuais ou de panfletagem.

O método utilizado para realização do trabalho foi o materialista dialético, já que através dele poderemos visualizar o conjunto amplo das relações, complexidades e contradições sociais, e como isso irá refletir na educação sexual e sexualidade de crianças, jovens e adolescentes. A técnica utilizada para a pesquisa foi à bibliográfica, onde encontramos embasamento teórico em livros, periódicos, artigos, e eletrônica, através de sites compatíveis com a pesquisa.

## **2 A SEXUALIDADE ENQUANTO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL: A NECESSIDADE DA AMPLIAÇÃO DO DEBATE NO ÂMBITO DA ESCOLA**

O debate sobre a sexualidade no âmbito escolar se faz cada vez mais necessário, visto que é um processo que está presente em todas as fases da vida. Esse debate busca garantir resultados positivos no que se refere à sexualidade de jovens e adolescentes, já que terá como objetivo a desconstrução de tabus construídos historicamente e mantidos através da falta de diálogo aberto sobre a questão.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, 2010, p.32:

A sexualidade é um componente intrínseco da pessoa e fundamental na saúde de adolescentes e jovens, que transcende o aspecto meramente biológico, manifestando-se também como um fenômeno psicológico e social, fortemente influenciado pelas crenças e valores pessoais e familiares, normas morais e tabus da sociedade.

Por isso, evidenciamos que a sexualidade está relacionada com diversos fatores históricos e culturais e como explicitada acima, é um fenômeno biológico, psicológico e social.

Falar abertamente sobre a sexualidade humana e seu papel no cotidiano das relações sociais ainda é de grande estranhamento para a maioria das pessoas e instituições, visto que a temática ainda é um tabu a ser superado nas reflexões e discussões no campo coletivo.

Segundo Furlani, 2009, p.13:

A ausência dessa temática na quase totalidade dos cursos de formação (...) e a falta de tradição familiar na sua discussão, se somam aos modelos de disciplinamento, censura e conservadorismo de diversos discursos sociais, que sejam eles religiosos, midiáticos, jurídicos, médicos, governamentais, escolares.

Desta maneira, salientamos que a sexualidade não está relacionada apenas com o caráter biológico, mas é fortemente influenciada pelos aspectos midiáticos e instituições que forma a sociedade, como a igreja e a escola, que tem um forte papel na manutenção de uma sexualidade meramente relacionada à reprodução.

A discussão sobre a sexualidade na infância, juventude e adolescência deve ser trabalhada no âmbito da saúde, já que a mesma é uma característica biológica inerente ao ser humano, porém, deve-se buscar ir para além das questões médicas e inserir nesse contexto as características territoriais, culturais e socioeconômicas, pois isso reflete intensamente na sexualidade individual e coletiva.

Diante disso, Furlani, 2009, p.14 afirma:

A sexualidade pode ser vista como constituída e constituinte de relações sociais; discuti-la, compreendê-la, recriá-la e re-significá-la, obriga-nos a transitar, não só na biologia, mas também na contribuição de estudos nas áreas da história, da pedagogia, da psicologia, da antropologia, da sociologia, da moral, da evolução social, da política econômica, da literatura, da publicidade, da mídia.

Com isso, é necessário que os técnicos envolvidos nesse processo, estejam em constante formação e aprendizado, e principalmente em busca de entendimento prático da vida cotidiana da comunidade, ou seja, do território e nas escolas.

Muitas vezes as questões referentes à sexualidade são tratadas de forma fragmentada, sem aprofundamento teórico e reflexivo, com panfletagem ou ações pontuais, porém, não são suficientes para concretizar uma real apreensão sobre a sexualidade e evitar, por exemplo, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis ou uma gravidez não planejada.

Podemos destacar que isso acontece no contexto cultural nacional e em diversas áreas do conhecimento, como dissemos, trabalham-se essas questões fragmentadas e não o “x” da questão, que é a sexualidade humana.

Assim, de acordo com Furlani, 2009, p. 13, é necessário:

(...) compreender que os fenômenos sócio-culturais atingem uma sociedade, e mesmo que haja casos específicos e individuais, as discussões em sexualidade devem extrapolar o âmbito da pessoa. As discussões devem ser conduzidas ao contexto atual, resgatando sua construção história e trazendo à tona o jogo de poder que institui “verdades” e que atingem as pessoas em uma dada sociedade e cultura.

Com isso, podemos dizer que a discussão sobre a sexualidade deve acontecer em dimensão micro e macrossocial, com o objetivo de atingir os agentes sociais envolvidos nesse processo - crianças, adolescentes e jovens - não com o intuito de focar no individual, mas no sentido de desconstruir tabus históricos que não permitem uma real discussão sobre a sexualidade.

A sexualidade humana está presente em todas as fases de desenvolvimento e quando trabalhada, discutida, repensada, faz com que possamos ter uma melhor relação – não apenas sexual – com os futuros parceiros e demais atores sociais, já que a sexualidade não está relacionada apenas ao sexo, mas com os desejos e vontades humanas.

Conforme a Semana Saúde na Escola Guia de Sugestões de Atividades, BRASIL, 2012, p.37, devemos desconstruir algumas questões junto à sociedade em geral, como por exemplo:

(...), que não se deve conversar sobre sexo nas escolas, pois isso poderia estimular adolescentes e jovens a iniciar sua vida sexual precocemente. Antes de tudo, é preciso entender que a sexualidade não se restringe somente ao ato sexual, pois envolve sentimentos e nos motiva a procurar o contato físico e afetivo, a intimidade de um relacionamento, podendo ou não haver reprodução. Nesse sentido, a nossa sexualidade é um processo que se iniciou em nosso nascimento e vai até a nossa morte.

Por isso, salientamos que um dos grandes impasses do senso comum quando apresentada a proposta de educação sexual, é o fato de trabalhar a sexualidade com crianças. Porém, sabe-se que a sexualidade existe em todas as faixas etárias, e que trabalhando a questão ainda enquanto criança não estará adiantando o processo sexual da mesma, pelo contrário, a reflexão sobre o assunto resultará em um adolescente mais confiante de suas ações.

De acordo com Furlani, 2009, p.15.

(...) a necessidade de perceber os mitos e tabus (principalmente sexuais), como construções/invenções humanas, frutos do desenvolvimento e da interação sócio-cultural torna-se fundamental ao trabalho de educadoras e educadores sexuais (...).

Entendendo essa questão, que para nós, é fundamental na discussão da sexualidade, podemos pensar em ações educativas e formas de intervenção social, como prevê a Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 e como veremos a seguir.

### **3 PROGRAMA SAÚDE NAS ESCOLAS**

É necessário que os profissionais envolvidos nas atividades das escolas, garantam espaços de discussões e reflexões acerca da sexualidade, e para isso, é indispensável uma articulação com os outros agentes da rede – como escola, assistência social, secretarias de juventude, conselhos, etc., para que o trabalho aconteça de forma qualitativa e com resultados positivos para o território.

Através das oficinas e/ou outras metodologias de trabalho, pode-se alcançar ações educativas que garantam o atendimento a criança, adolescente e jovem no que se refere à sexualidade.

Com isso, devemos ressaltar que as ações educativas devem acontecer de forma continuada, com um processo de debruçar sobre as questões da sexualidade e não apenas com ações pontuais, panfletos e divulgação publicitárias.

O Programa Saúde na Escola-PSE, estabelecido pelo Decreto Presidencial nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007, tem por objetivo promover ações educativas com temas relacionadas a saúde, dentro do âmbito da escola pública e

ensino básico, buscando promover e efetivar a atenção integral de crianças, adolescentes e jovens.

De acordo com o decreto nº 6.286 que institui o Programa Saúde na Escola – PSE:

A Gestão do PSE é centrada em ações compartilhadas e corresponsáveis. A articulação intersetorial das redes públicas de saúde, de educação e das demais redes sociais se dá por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI) (Federal, Estadual e Municipal) que são responsáveis pela gestão do incentivo financeiro e material, pelo apoio institucional às equipes de saúde e educação na implementação das ações, pelo planejamento, monitoramento e avaliação do Programa.

Com isso, podemos analisar que o Programa Saúde na Escola, está previsto pela legislação brasileira e tem grande potencial para efetivação da participação da criança, jovem e adolescente no que diz respeito aos temas relacionados com a sexualidade.

O programa é de fundamental importância para a concretização das ações educativas e momentos de reflexão acerca da temática, já que a escola é um espaço que permite discussões e aprimoramento de diversas questões.

É preciso, porém, que os profissionais envolvidos entendam sobre os assuntos discutidos e estejam dispostos a quebrar alguns paradigmas no que diz respeito à sexualidade humana, para que então os mesmos possam discutir a sexualidade de fato e não apenas a reprodução.

#### **4 A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

O Brasil se constituiu por meio de relações de dominação, intensamente excludente e concentradora de riquezas por parte dos colonizadores, que impunham suas culturas e extinguiu qualquer traço do já existia no país. Diante disso, vivenciamos esses resquícios até os dias de hoje, em diversas esferas sociais, principalmente quanto à dicotomia entre os interesses e as relações de forças, sendo a educação um deles. Como destaca FREIRE (2001) "o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas".

Com isso, se faz necessário pensarmos a educação popular como uma metodologia estratégica e pedagógica para empoderamento da população e

conquista dos direitos sociais e cidadania. Assim, a educação popular:

Constitui-se um paradigma educativo sistematizado por Paulo Freire que visa contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada para a transformação social. (MACHADO, 2012, p.152)

Portanto, é notória a efetividade da educação popular na sociedade, assim como, pode ser uma estratégia para elucidar a população sobre a sexualidade humana.

Apesar da importância da educação popular para a profissão, a mesma parece ter sido esquecida no que se refere aos debates na categoria profissional, assim como no âmbito da pesquisa acadêmica e da pós-graduação, e por isso, a autora a seguir destaca que precisamos:

reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais, mas não no trabalho de campo. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori, porque são espaços de disputa.

Outro ponto que precisamos destacar está relacionado à qualidade dessa educação popular, já que, como supracitado, o mesmo é um espaço de disputa e da mesma forma que pode democratizar, emancipar, criar mecanismos de cidadania e liberdade, a metodologia pode ser usada para manipulação e doutrinação. Precisamos, enquanto categoria profissional, ter clareza do Projeto Ético Político, das suas dimensões e do comprometimento com a classe trabalhadora. Para isso, segundo FREIRE, 2005, p. 98, é fundamental uma prática pedagógica que estimule o processo de conscientização, e não de alienação.

A educação popular, enquanto estratégia de intervenção do Serviço Social tem como objetivo a realização de ações pensadas metodologicamente e que, por isso, segundo afirma lamamoto, 2002, p. 33 devemos repensar o trabalho de mobilização e educação popular (...), exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo.

Essa metodologia, segundo Gadotti, s/d, 158, “trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza e de dar voz a indignação e desespero moral do

pobre, do oprimido, do indígena, do camponês, da mulher, do negro, do analfabeto e do trabalhador industrial”, desse modo, vem de encontro com a autoimagem da profissão.

Para pensarmos a educação popular, é necessário reconhecer o papel de protagonista do sujeito, neste caso as crianças e os adolescentes, considerando que o protagonista é aquele que está à frente das ações e dos movimentos sociais, atendendo as questões de representatividade em questão. Desta maneira, outros atores sociais podem corroborar nas ações, porém, deve ser o protagonista o principal sujeito transformador, visto que é ele quem conhece por inteiro a sua realidade – o assistente social tem aproximações sucessivas da realidade, mas nunca ela por completo.

Ainda sobre a conceituação do protagonismo social, destacamos as seguintes afirmações:

O protagonismo social é a ação de um grupo, classe ou segmento da sociedade que se coloca como principal sujeito na dinâmica social, é a forma de se colocar e se afirmar como produtores da história e do devir social. O protagonismo social significa que as pessoas tomam para si próprias o controle de suas vidas, constroem estratégias de ação coletiva para se colocarem como sujeitos políticos efetivos, amenizando e buscando superar os limites da democracia representativa e, principalmente, colocando-se como portadores de novos direitos políticos, culturais, econômicos, estéticos, sexuais, etc. (RAMOS, S.D., P.21).

Com isso, podemos afirmar que o protagonismo social, alinhado a educação popular, é uma forma de ação possível e necessária nos campos sócios ocupacionais, já que devemos romper com o conservadorismo dentro dos espaços e superar o formato de serviço social propondo mudanças e as famílias executando, método esse que se mostra ineficaz nas transformações sociais.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada legalmente. Tem caráter crítico e se pauta pela defesa da democracia, da equidade e da isonomia. Atua de forma propositiva, interventiva e investigativa, cuja direção social foi construída e reconstruída se estruturando para atender, nas três últimas décadas, os anseios da classe trabalhadora.

Como mostra Carvalho (2012, p. 52)

O Serviço Social é uma profissão que tem características singulares. Ela não atua sobre uma única necessidade humana (tal qual o dentista, o



médico, e pedagogo...) nem tampouco se destina a todos os homens de uma sociedade, sem distinção de renda ou classe. Sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, ou seja, aquela formada pelos grupos subalternos, pauperizados ou excluídos dos bens, serviços e riquezas dessa mesma sociedade.

O assistente social é um profissional qualificado para intervir em inúmeros campos profissionais, como supradito. Vincula-se eticamente à classe trabalhadora a fim de lutar para efetivação de direitos humanos e sociais visando uma nova ordem societária sem qualquer distinção ou preconceito.

No que se refere às atribuições privativas do/a assistente social, destacamos uma que se relaciona ao tema deste trabalho:

Uma dimensão de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal; (IAMAMOTO, 2012, p.10 e 11)

Portanto, às atribuições do assistente social, precisam ser pensadas sob um olhar coletivo, assim como é posto para a profissão a atuação deve ser teleologicamente movida para atender necessidades dos sujeitos, de um conjunto de pessoas.

Através da realização de um trabalho cotidiano, o assistente social tem o compromisso de apreender e viabilizar formas de enfrentamento as questões identificadas, ou melhor, um desvelamento a fim de que sejam propostas ações compatíveis às necessidades reivindicadas pelos indivíduos. Então, pode-se dizer que permeado pela intencionalidade que objetiva dar materialidade aos direitos constitucionalmente postos como sociais, os assistentes sociais são facilitadores e, por meio de sua atuação, podem gerenciar e garantir esse acesso.

é possível uma prática mais dialógica, democrática, que impulsiona processos de conscientização, organização, participação e mobilização, levando-se em conta o saber popular, a autonomia e a diversidade cultural. Portanto, dentre os vários elementos que compõem essa educação destacaremos os que consideramos essências para se pensar e realizar ações educacionais populares voltadas para a hegemonia das classes subalternas, quais sejam: a *práxis*, a *conscientização*, o *diálogo*, o *conhecimento popular*, a *hegemonia* e a *participação*. (MACHADO, 2012, p.162)

Sendo assim, podemos destacar que os elementos citados acima são essenciais para o trabalho do assistente social no que compete a educação popular, assim como, a importância de reconhecer às potencialidades do trabalho do técnico relacionado todas as metodologias, estratégias e meios utilizados pela equipe à emancipação humana.

Quanto à prática social, a categoria mediação, intrinsecamente ligada a ela, é condição de operação da práxis e tem caráter político, exigindo, como dito anteriormente, posicionamento, se manifestando concretamente nas relações de classe presentes na sociedade.

O movimento teoria-prática, plasmado na atitude investigativa, é condição para construção do concreto pensado, que deixa de ser o próprio concreto para torna-se nova concepção do real (BATTINI). Deve-se entender que é dever submeter a prática a uma crítica teórica para abordar o real por meio de técnicas.

As possibilidades do trabalho do assistente social nos projetos relacionados à educação popular devem prioritariamente estar relacionados a publicização de informações, sejam ela de caráter institucional, da rede, e de outras variadas temáticas no que se relaciona ao direito.

## **5 DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL**

Assim como em todas as demandas da área social, o trabalho do assistente social no âmbito da escola possui diversos desafios e possibilidades, já que é um trabalho muito complexo, que depende da gestão de cada município e estado e que em alguns momentos se “esbarram” nos limites institucionais.

O trabalho do assistente social nas escolas se apresenta como grande possibilidade no que tange a educação sexual, já que o mesmo é um profissional que pode elaborar formas de expor a importância da temática e convocar os demais membros da equipe interdisciplinar para participar desse processo.

Para que o trabalho seja efetivo e aconteça de forma integral, é imprescindível que todos os profissionais que compõem a equipe reconheçam a importância desse trabalho no território e façam parte dele. Essa equipe interdisciplinar pode ser composta por professor, pedagogo, assistente social, cientista social, psicólogo, educador, etc, porém, raras escolas contam com a

colaboração desses técnicos, mas a presença de alguns deles podem ser notadas nas secretarias, coordenadorias e diretorias.

Com isso, destacamos aqui um dos desafios do assistente social na Política de Educação é articular de forma que os profissionais e técnicos que compõem a equipe entendam a importância da educação sexual e participem das ações realizadas.

Outro desafio que ressaltamos no trabalho do assistente social na escola – e que pode ser identificada em outras políticas que o assistente social faz parte - é a falta de fluxo de rede e de articulação com as demais políticas sociais, exemplo disso, é a falta de articulação entre a escola e a saúde que mesmo existindo um programa previsto na legislação brasileira, ainda não acontece de forma efetiva.

Para que o trabalho de educação sexual aconteça de forma eficaz, é necessária que seja de forma continuada e muitas vezes, pela demanda, limites institucionais e diversos motivos, isso não se torna possível, portanto, apresentamos mais um desafio para o assistente social.

Segundo Jeolás, s/d, p.619:

(...) falta de continuidade das ações de prevenção desenvolvidas a partir de um projeto de prevenção. As ações deveriam ser contínuas e articuladas interinstitucionalmente, por exemplo, capacitando os profissionais das entidades sociais (escolas, entidades e programas sociais) que encaminham os adolescentes para as oficinas no serviço de saúde, com o intuito de formar multiplicadores em seus locais de trabalho.

Por fim, evidenciamos o último, porém mais complexo desafio do serviço social: entender e conseguir transmitir a complexidade da temática, e compreender que esse é um processo e depende de outros determinantes, como podemos ver na citação a seguir:

Faz-se necessário igualmente trabalhar com valores e sentimentos, sobretudo em relação a um assunto complexo como o da sexualidade. Além disso, a mudança de comportamento é processo prolongado, como já afirmado, e depende da ação de outros determinantes, como a família, a mídia e a escola. (pg 614. – oficinas de prevenção em um serviço...)

Com isso, finalizamos esse tópico expondo as principais possibilidades e desafios do serviço social na escola e na educação sexual.

## 6 CONCLUSÃO

O trabalho de educação sexual nas escolas é de extrema importância no que se refere à criança, jovem e adolescente, por isso, é necessário que o Estado, junto com a sociedade civil, reconheça essa questão, para que assim sejam minimizadas algumas questões que envolvem essa população, como a gravidez não planejada, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, e outros fatores objetivos e subjetivos que envolvem a sexualidade humana.

Por isso, acreditamos que falar em escola, educação sexual e educação popular, é falar de ações realizadas no território, tendo em vista que é nesse local que os profissionais encontraram subsídios para a prática profissional diante das questões culturais e sociais da comunidade.

Foi possível perceber que ainda há dificuldades e desafios no trabalho, já que este processo é histórico e cultural e principalmente por requerer investimento por parte do Estado (recursos financeiros e recursos humanos), e sabemos que ainda há pouco interesse por parte dele em diminuir as expressões da questão social que afeta a todos cotidianamente.

Ressaltamos a possibilidade do trabalho qualitativo do assistente social utilizando o método libertador de Paulo Freire, e construindo conjuntamente com a população uma sociedade mais menos alienadas de seus direitos e consciente do seu poder transformador.

Acreditamos e reconhecemos que o assistente social é fundamental na instituição, porém, que o mesmo deve reconhecer e valorar o protagonismo e autonomia dos sujeitos atendidos e alcançados pelos projetos relacionados à educação popular, diante de uma sociedade que os marginaliza, exclui e aliena.

A prática social desempenhada pelos profissionais deve ser movida na direção dos grupos sociais oprimidos, de forma revolucionária e não neutra, sem dicotomizar a relação entre singular e coletivo, mas, entendendo-o como parte de uma totalidade a ser apreendida durante a intervenção profissional, se articulando

com outros técnicos e técnicas para além de sua competência, a fim de superar a realidade posta.

Destacamos a importância da educação popular como estratégia na atuação do assistente social, visando à emancipação humana e a transformação social.

E por fim, concluímos esse trabalho ressaltando que é imprescindível que todos se conscientizem e internalizem essa luta por uma educação sexual de qualidade nas escolas, para que possamos cobrar do poder público respostas concretas em relação à temática.

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Semana Saúde na Escola, Guia de Sugestões de Atividades*. Brasília, 2012

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2488 de 21 de Outubro de 2011. *Política Nacional de Atenção Básica*. Disponível em:  
<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html)>

BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues.(Org.). *A questão política da educação popular*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”. *Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.

DESSER, Nanete Ávila. *Adolescência: sexualidade & culpa*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. 171 p.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. v. 1 (Biblioteca de filosofia e história das ciências)

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação — uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 2001.

Furlani, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade*. In: CFESS. Atribuições privativas do(a) assistente social em questão. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Aline Maria Batista. *Serviço Social e educação popular: diálogos possíveis a partir de uma perspectiva crítica*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 109, p. 151-178, jan./mar. 2012

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

Yazbek, Maria Carmelita. *Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade*. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Disponível em:  
<<http://cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>> Acesso: 11/out/2016.